

***CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA***

***RELATÓRIOS DOS AUDITORES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024***

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da  
**Confederação Brasileira de Tênis de Mesa**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que a proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, RJ, 26 de março de 2026.

**FSA NETWORK Auditores e Consultores**  
CRC-RJ-003004/O-2

**Levi O. Soares**  
Contador-CRC-RJ-031950/O-9

**Alex M. Bezerra**  
Contador-CRC-RJ-103411/O-4

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
 (Em reais, centavos omitidos)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.464.805	5.175.790	Obrigações governamentais	7	1.470.144	923.677
Adiantamentos	4	267.757	225.432	Contas a pagar	8	330.918	690.084
Outros créditos		226.008	591.740	Obrigações fiscais e trabalhistas	9	511.982	490.357
		<b>8.958.570</b>	<b>5.992.962</b>			<b>2.313.044</b>	<b>2.104.118</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Aplicações financeiras	5	1.050.462	910.016	Obrigações governamentais	7	360.795	360.762
Outros créditos		425.157	425.158	Provisão para contingências	10	-	1.486.727
Imobilizado	6	1.260.751	1.410.584			<b>360.795</b>	<b>1.847.489</b>
		<b>2.736.370</b>	<b>2.745.758</b>				
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	11		
				Patrimônio social		2.073.948	2.073.948
				Resultados acumulados		6.947.153	2.713.165
						<b>9.021.101</b>	<b>4.787.113</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.694.940</b>	<b>8.738.720</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11.694.940</b>	<b>8.738.720</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA**
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>RECEITAS</b>			
<b>Receitas de recursos públicos</b>			
Receitas da Lei Agnelo/Piva	12	16.578.798	14.296.353
		<b>16.578.798</b>	<b>14.296.353</b>
<b>Receitas de recursos próprios</b>			
Receitas com anuidades de federações		18.099	14.715
Receita com eventos e torneios	13	4.626.262	3.426.308
Outras receitas operacionais líquidas	14	4.015.239	4.221.572
		<b>8.659.600</b>	<b>7.662.595</b>
<b>DESPESAS</b>			
<b>Gastos com recursos públicos</b>			
Gastos da Lei Agnelo/Piva	12	(16.578.798)	(14.296.353)
		<b>(16.578.798)</b>	<b>(14.296.353)</b>
<b>Gastos com recursos próprios</b>			
Despesas gerais	15	(4.454.158)	(6.343.950)
Despesas tributárias		(277.918)	(236.191)
Resultado financeiro líquido		306.464	(435.697)
		<b>(4.425.612)</b>	<b>(7.015.838)</b>
<b>Resultado do exercício</b>		<b>4.233.988</b>	<b>646.757</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
**(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Resultados acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.073.948</b>	<b>2.066.408</b>	<b>4.140.356</b>
Superávit do exercício	-	646.757	646.757
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.073.948</b>	<b>2.713.165</b>	<b>4.787.113</b>
Superávit do exercício	-	4.233.988	4.233.988
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.073.948</b>	<b>6.947.153</b>	<b>9.021.101</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA**
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
**(Em reais, centavos omitidos)**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	4.233.988	646.757
<b>Ajustes</b>		
Provisão (reversão) contingências	(3.512)	1.486.727
Depreciação	255.615	282.538
	<b>4.486.091</b>	<b>2.416.022</b>
<b>Variação do ativo/passivo circulante</b>		
Adiantamentos	(42.325)	28.755
Outros créditos	365.733	(439.153)
Obrigações governamentais	546.500	17.427
Contas a pagar	(359.166)	264.040
Obrigações fiscais e trabalhistas	21.625	22.777
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>5.018.458</b>	<b>2.309.888</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aplicação financeira	(140.446)	(910.016)
Imobilizado	(105.782)	(781.029)
<b>Caixa gerado pelas atividades de investimentos</b>	<b>(246.228)</b>	<b>(1.691.045)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Contingências	(1.483.215)	-
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(1.483.215)</b>	<b>-</b>
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.289.015</b>	<b>618.843</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.175.790	4.556.947
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.464.805	5.175.790
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.289.015</b>	<b>618.843</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS DE MESA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024**

**(Em reais, centavos omitidos)**

#### **1. Contexto operacional**

A Confederação Brasileira de Tênis de Mesa, designada pela sigla CBTM é filiada à International Table Tennis Federation (ITTF), à ITTF Americas e à Confederação Sul-Americana de Tênis de Mesa (CONSUTEME), em âmbito internacional, e ao Comitê Olímpico do Brasil (COB) e Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), em âmbito nacional. É uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, desde 30 de maio de 1979.

A CBTM, dentro da sua finalidade desportiva, possui os seguintes principais objetivos:

##### *(I) Organização e Regulamentação da Modalidade:*

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do Tênis de Mesa em todos os níveis e manifestações sociais, incluindo a prática do tênis de mesa em realidade virtual e PING PONG em suas principais categorias (lixa/sandpaper bats, hard bats, madeira e choice), representar o tênis de mesa brasileiro junto aos poderes públicos em caráter geral, respeitando a autonomia das entidades filiadas;
- b) Estabelecer e revisar periodicamente os normativos técnicos e administrativos que regem a prática do Tênis de Mesa em âmbito nacional, prezando pela participação das comissões representativas, assegurando transparência e ampla divulgação;
- c) Praticar, no exercício da direção nacional do Tênis de Mesa, todos os atos necessários à realização de seus fins estatutários, respeitadas as competências de cada poder instituído pela entidade.

##### *(II) Representação Institucional*

- a) Representar o Tênis de Mesa brasileiro junto aos poderes públicos, em âmbito nacional e internacional, como entidade nacional de administração da modalidade, promovendo o alinhamento com as políticas públicas esportivas e os princípios do Sistema Nacional do Esporte;

- b) Representar o Tênis de Mesa brasileiro perante entidades internacionais como, ITTF, ITTF Américas, CONSTEME, bem como, outras entidades internacionais vinculadas a ITTF, ou que venham a substituí-las na representação internacional da modalidade, com poderes para celebrar acordos e convênios e orientar, as atividades internacionais das suas filiadas, para eventos amistosos ou oficiais, observadas as competências do COB e CPB;
- c) Atuar junto ao COB e CPB para fomentar o desenvolvimento do Tênis de Mesa, e outras atividades desportivas, divulgando e incentivando o desporto educacional, conforme previsto na legislação esportiva vigente;
- d) Respeitar e estimular o cumprimento por suas Entidades Filiadas das normas e regulamentos internacionais e olímpicos e demais atos normativos editados por poderes e órgãos de hierarquia superiores aplicáveis ao Desporto;
- e) Promover o fortalecimento das relações institucionais entre as Entidades Filiadas, incentivando o intercâmbio técnico e cultural.

### *(III) Gestão de Competições e Eventos*

- a) Promover ou permitir a realização de competições estaduais, interestaduais, nacionais e de competições internacionais no território brasileiro respeitadas as normativas específicas sobre as competições;
- b) Definir ou autorizar e dar publicidade aos calendários anuais de eventos nacionais e internacionais oficiais das manifestações da modalidade de Tênis de Mesa;
- c) Promover a realização de campeonatos e torneios do desporto que dirige pensando sempre em ações sustentáveis, ligadas à proteção do meio ambiente;
- d) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas filiadas, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites, sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional;

### *(IV) Desenvolvimento da Modalidade*

- a) Promover ou permitir a realização de ações educativas de propagação da modalidade, de cunho prático ou teórico, respeitada normativa específica sobre o tema;
- b) Promover e fomentar a prática do tênis de mesa de alto nível, estudantil, universitário, em empresas públicas e privadas, Forças Armadas e Auxiliares e portadores de deficiências, pugnando pelo progresso de todas as entidades filiadas;

- c) Aprovar as suas filiadas ou qualquer pessoa física ou jurídica do quadro das suas filiadas, com a permissão destas, a promover cursos, simpósios, estágios ou de outras atividades de natureza teórica ou prática, em torno da modalidade de tênis de mesa, no território nacional;
- d) Promover o funcionamento de cursos técnicos de aprendizagem e aprimoramento do tênis de mesa, de acordo com o planejamento anual;
- e) Dar parecer qualitativo de práticas e equipamentos próprios à prática do Tênis de Mesa, respeitadas as normativas das organizações nacionais e internacionais de que é filiada.

*(V) Governança e Conformidade*

- a) Informar através de Notas Oficiais às filiadas sobre as decisões que adotar, bem como, aquelas que emanarem dos poderes públicos e das entidades Internacionais;
- b) Fiscalizar e aplicar penalidades, no limite das atribuições de cada colegiado previsto neste Estatuto, pela inobservância das normas estatutárias regulamentares, regulamentos internos e legais em vigor, respeitada a ampla defesa e o devido processo legal;
- c) Promover o funcionamento de cursos de formação e gestão para as federações, através de seus presidentes e funcionários, além de treinamentos estruturados, de acordo com o planejamento anual;
- d) Regulamentar as inscrições dos praticantes do tênis de mesa na CBTM e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais;
- e) Regulamentar as disposições legais a respeito dos atletas dispendo sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas;
- f) Expedir às filiadas estaduais, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de tênis de mesa que promoverem ou participarem, bem como, publicar seus regulamentos e regimentos internos específicos;

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**

### **2.1 Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Através das demonstrações contábeis do exercício de 2025, o índice de liquidez corrente apurado foi de 3,87 (2,85 no exercício de 2024), que é a capacidade de pagamento da Entidade das suas obrigações de curto prazo, considerando seus recursos de igual prazo.

As demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Tênis de Mesa foram aprovadas e autorizadas pela diretoria em 20 de março de 2026.

### **2.2 Principais práticas contábeis**

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

#### **a. Resultado das operações**

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado.

Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

#### **c. Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

#### **d. Passivo circulante**

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

#### **e. Aplicações financeiras – ativo não circulante**

As aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante correspondem a investimentos mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimento ou possibilidade de resgate superiores a 12 meses contados da data da aquisição ou da data do balanço.

Essas aplicações são reconhecidas inicialmente pelo valor aplicado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, reconhecidos no resultado do período de acordo com o regime de competência.

A Administração tem a intenção e capacidade de manter tais aplicações até o vencimento, motivo pelo qual são mensuradas pelo custo amortizado, não sendo avaliadas pelo valor justo. Dessa forma, não há registro de ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de variações no valor de mercado.

#### **f. Imposto de renda e contribuição social**

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

### g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

### h. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos conta movimento	49.165	573.134
Aplicações financeiras	8.415.640	4.602.656
<b>Total</b>	<b><u>8.464.805</u></b>	<b><u>5.175.790</u></b>

Os saldos de contas correntes e aplicações financeiras são assim demonstrados por recursos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Recursos próprios – Bancos</b>	<b><u>47.010</u></b>	<b><u>179.994</u></b>
Lei Agnelo Piva (COB/CPB)	2.155	393.139
Ministério dos Esportes	-	1
<b>Recursos públicos – Bancos</b>	<b><u>2.155</u></b>	<b><u>393.140</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>49.165</u></b>	<b><u>573.134</u></b>

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Recursos próprios – Aplicações financeiras</b>	<b>6.597.312</b>	<b>4.141.184</b>
Lei Agnelo Piva (COB/CPB)	1.817.890	461.066
Ministério do Esporte	310	286
Lei de Incentivo ao Esporte	128	120
<b>Recursos públicos – Aplicações financeiras</b>	<b>1.818.328</b>	<b>461.472</b>
<b>Total</b>	<b>8.415.640</b>	<b>4.602.656</b>

#### 4. Adiantamentos

Os saldos de adiantamentos representam gastos realizados com recursos públicos que serão ressarcidos ou devolvidos no exercício seguinte. São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Comitê Olímpico do Brasil – COB	222.074	173.007
Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB	45.683	52.425
<b>Total</b>	<b>267.757</b>	<b>225.432</b>

#### 5. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresentava saldo de R\$ 1.050.462 (em 2024, R\$ 910.016) de CDB (Certificado de Depósito Bancário) com vencimentos em março e outubro de 2028. Estes títulos foram considerados na apólice de seguro garantia, pela Entidade. O período de vigência deste seguro é de outubro de 2024 a outubro de 2027.

A aplicação financeira está classificada no ativo não circulante porque sua liquidez está condicionada a um prazo superior a 12 meses. O resgate só pode ocorrer após a vigência da apólice de seguro, logo, não atende aos critérios para ser registrada no caixa e equivalentes de caixa e no ativo circulante.

## 6. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

	Taxas anuais de depreciação	2025		2024	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Material esportivo	10%	2.063.178	(1.623.613)	439.565	579.112
Computadores e periféricos	20%	754.159	(602.448)	151.711	123.203
Máquinas e equipamentos	10%	599.961	(345.226)	254.735	280.698
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	361.104	(95.145)	265.959	280.403
Móveis e utensílios	10%	275.867	(147.450)	128.417	126.804
Imóveis	-	20.364	-	20.364	20.364
Software	20%	18.527	(18.527)	-	-
Instalações	10%	9.384	(9.384)	-	-
<b>Total</b>		<b>4.102.544</b>	<b>(2.841.793)</b>	<b>1.260.751</b>	<b>1.410.584</b>

## 7. Obrigações governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

		2025	2024
Comitê Olímpico do Brasil – COB	(i)	474.971	455.479
Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB	(ii)	995.173	468.198
Ministério do Esporte	(iii)	360.778	360.755
Projeto Lei de Incentivo ao Esporte		17	7
<b>Total</b>		<b>1.830.939</b>	<b>1.284.439</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.470.144</b>	<b>923.677</b>
<b>Não circulante</b>		<b>360.795</b>	<b>360.762</b>

- (i) Durante o exercício de 2025, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 7.729.487 (R\$ 6.809.221 em 2024), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2025, que era de R\$ 474.971 (R\$ 455.479 em 2024), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados, ou devolvido ao COB no exercício subsequente.

- (ii) Durante o exercício de 2025, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa recebeu recursos do CPB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 8.849.311 (R\$ 7.487.132 em 2024), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2025, que era de R\$ 995.173 (R\$ 468.198 em 2024), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados, ou devolvido ao CPB no exercício subsequente.
- (iii) Durante o exercício de 2025, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa manteve o convênio com o Ministério do Esporte, que foi firmado em 2012. Não ocorreram novas receitas recebidas em 2025 e 2024 para aplicação nos objetos findos de cada contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2025, que era de R\$ 360.778 (R\$ 360.775 em 2024), será devolvido ao Ministério do Esporte ou aplicado em projetos nos exercícios seguintes.

Convênio - ME 776456:

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais de alto rendimento da seleção brasileira paralímpica de tênis de mesa visando à participação nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.520.846. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 30 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.136.306, totalizando R\$ 2.613.153, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 777876

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a preparação de atletas olímpicos de tênis de mesa de alto rendimento para participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 1.821.269. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado para 20 de setembro de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.232.400, totalizando R\$ 3.053.669, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

Convênio - ME 778138

Em 31 de dezembro de 2012, foi firmado o convênio que tem por objeto a participação em competições internacionais e treinamentos de alto rendimento da seleção brasileira de tênis de mesa visando à classificação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor de R\$ 3.553.047. O presente contrato vigorou até 31 de dezembro de 2014.

Em janeiro de 2015, foi realizado o 1º aditivo do contrato, prorrogado por, no mínimo, 60 dias úteis.

Em 30 de dezembro de 2015, foi realizado o 2º aditivo do contrato, prorrogado para 31 de agosto de 2016, e destinação adicional de R\$ 1.261.827, totalizando R\$ 4.814.874, considerando a contrapartida de aporte de recursos da CBTM.

**8. Contas a pagar**

Estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços a pagar	293.694	154.992
Utilidades públicas	3.142	3.657
Prêmios a pagar	-	531.435
Aluguéis a pagar	10.370	-
Outras contas a pagar	23.712	-
<b>Total</b>	<b><u>330.918</u></b>	<b><u>690.084</u></b>

## 9. Obrigações fiscais e trabalhistas

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
PIS sobre folha de pagamento	1.876	1.906
IRRF	74.906	58.765
Impostos retidos na fonte	1.576	1.160
COFINS sobre receitas financeiras	6.566	4.260
	<b><u>84.924</u></b>	<b><u>66.091</u></b>
Salários a pagar	80.054	74.053
Férias e encargos a pagar	129.176	142.660
Obrigações previdenciárias	217.828	207.553
	<b><u>427.058</u></b>	<b><u>424.266</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>511.982</u></b>	<b><u>490.357</u></b>

## 10. Provisão para contingências

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, em pareceres técnicos especializados, analisa periodicamente o risco de desfecho dos processos judiciais em andamento, a fim de determinar a necessidade de constituição de provisão para contingências, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos pareceres jurídicos, a Companhia reconheceu, em 2024, provisão para contingências no montante de R\$ 1.486.727, relacionada a processos de natureza cível e trabalhista classificados com probabilidade de perda provável. Em 2025, ocorreu o pagamento integral desses processos, não remanescendo saldo provisionado a esse título na data-base.

Adicionalmente, a Entidade possui processos com risco de perda classificado como possível, os quais totalizam R\$ 20.269.755 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.597.461 em 2024), relacionados principalmente a demandas tributárias e cíveis. De acordo com a avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, bem como em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não há necessidade de constituição de provisão para essas contingências, sendo requerida apenas sua divulgação em nota explicativa.

A composição das perdas possíveis por natureza de processo está apresentada a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tributárias	33.229	2.034.367
Cíveis	20.236.526	11.563.094
<b>Total</b>	<b><u>20.269.755</u></b>	<b><u>13.597.461</u></b>

## 11. Patrimônio líquido

O patrimônio social da Entidade é constituído, substancialmente, pelos resultados acumulados apurados em cada exercício social, os quais são integralmente incorporados ao patrimônio social ao final de cada período e acrescido por doações e contribuições patrimoniais recebidas, quando aplicável.

Considerando a natureza jurídica da Entidade, não há distribuição de resultados, sendo os superávits ou déficits do exercício destinados integralmente à manutenção e ao desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

## 12. Receitas da Lei Agnelo/Piva

Estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Comitê Olímpico do Brasil – COB	7.729.487	6.809.221
Comitê Paralímpico Brasileiro – CPB	8.849.311	7.487.132
<b>Total</b>	<b><u>16.578.798</u></b>	<b><u>14.296.353</u></b>

## Gastos da Lei Agnelo/Piva

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com prestador de serviço - Pessoa física	3.042.435	2.966.768
Despesas com prestador de serviço - Pessoa jurídica	1.870.086	1.711.392
Despesas com participação em eventos esportivos	4.057.664	2.787.622
Despesas com folha e encargo sociais	4.182.210	3.789.602
Despesas com consumo	868.873	469.935
Despesas de viagens	1.918.877	1.999.700
Despesas tributárias	202.505	110.404
Outros gastos	466.148	460.930
<b>Total</b>	<b><u>16.578.798</u></b>	<b><u>14.296.353</u></b>

### 13. Receitas com eventos e torneios

Estão assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas com torneios e competições	4.380.272	3.286.974
Outras receitas e eventos	245.990	139.334
<b>Total</b>	<b><u>4.626.262</u></b>	<b><u>3.426.308</u></b>

### 14. Outras receitas operacionais líquidas

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Taxas e inscrições de associados	1.743.228	1.168.096
Doações	789.474	319.718
COB	354.938	2.581.064
CPB	50.888	45.552
Direitos autorais	53.374	172.848
Receitas – Lei das Bets	935.075	-
Patrocínio	130.028	-
Reversão de provisão para contingências	3.512	-
Outras despesas operacionais	(45.278)	(65.706)
<b>Total</b>	<b><u>4.015.239</u></b>	<b><u>4.221.572</u></b>

### 15. Despesas gerais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Despesas com pessoal	101.188	92.047
Despesas com utilidades e serviços	10.529	33.868
Despesas com prestadores de serviços	966.541	684.427
Despesas gerais	2.544.079	2.896.453
Depreciação	255.615	282.538
Despesas com eventos	576.206	867.890
Contingência	-	1.486.727
<b>Total</b>	<b><u>4.454.158</u></b>	<b><u>6.343.950</u></b>

## **16. Reforma tributária – período de transição**

A Entidade acompanha as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, prevendo a substituição gradual dos tributos incidentes sobre bens e serviços — notadamente PIS, Cofins, ISS e ICMS — pelos novos tributos denominados Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

O período de transição iniciou em 2026, com a convivência simultânea entre os tributos atualmente vigentes e os novos tributos, estendendo-se até a sua plena implementação em 2033, conforme cronograma e condições a serem definidos na legislação complementar aplicável.

A Entidade é caracterizada como instituição isenta de tributos sobre suas receitas, nos termos da legislação vigente, não estando sujeita, portanto, à incidência dos tributos sobre o consumo atualmente existentes. Sua carga tributária concentra-se, substancialmente, na contribuição para o PIS incidente sobre a folha de pagamento à alíquota de 1%, bem como nos encargos trabalhistas e nas retenções tributárias aplicáveis à contratação de prestadores de serviços.

Considerando esse contexto, a Administração entende que os impactos diretos da Reforma Tributária sobre a carga tributária da Entidade tendem a ser limitados.

Contudo, ressalta-se que poderão ocorrer efeitos indiretos decorrentes de alterações nos custos de bens e serviços contratados, bem como na dinâmica das relações com fornecedores e prestadores de serviços.

Tendo em vista que a regulamentação infraconstitucional da Reforma Tributária ainda se encontra em fase de definição, especialmente no que se refere às regras operacionais, de creditamento e aos impactos setoriais, não é possível, na presente data, mensurar com razoável segurança os efeitos quantitativos decorrentes da adoção do novo modelo tributário.

A Administração acompanha continuamente a evolução do tema e eventuais impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira da Entidade serão reconhecidos e divulgados oportunamente, à medida que a regulamentação aplicável seja concluída e que tais efeitos possam ser mensurados de forma confiável.

## **17. Seguros**

A Entidade mantém cobertura de seguros contra incêndios, raios e explosões, danos elétricos, roubo, furto, para o imóvel, maquinários, equipamentos, instrumentos, mobiliário, utensílios e suas respectivas instalações. Os montantes segurados são julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

A Administração entende que os montantes segurados são suficientes para a cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza e o risco das operações.

\* \* \*